



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Processo de Avaliação do Risco de Extinção da Fauna Brasileira

Caiman latirostris (Daudin, 1802)

Luís Antonio Bassetti; Yeda Soares de Lucena Bataus; Juliana Rodrigues; Vívian Mara Uhlig; Tiago Almeida de Andrade; Marcos Eduardo Coutinho; Izeni Pires Farias; William Ernest Magnusson; Rafael Martins Valadão; Zilca Campos

Digital Object Identifier - 10.37002/salve.ficha.18566

Categoria: Menos Preocupante (LC)

Data da avaliação: Ago/2016

Justificativa

Caiman latirostris apresenta ampla distribuição latitudinal na América do Sul, compreendendo Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. No território brasileiro, ocorre nas Regiões Hidrográficas do São Francisco, Atlântico Nordeste Oriental, Atlântico Leste, Atlântico Sudeste, Atlântico Sul, Paraná e do Uruguai, com registros do Nordeste ao Sul do país. Essa espécie é encontrada naturalmente nos biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa, tendo sido introduzida no Pantanal. Sua extensão de ocorrência estimada para o Brasil é de 2.626.662 km², correspondendo a mais de 70% da distribuição global; com densidades variáveis ao longo de sua distribuição. *Caiman latirostris* ocorre em ambientes lênticos, sendo frequentemente encontrado em lagoas marginais, manguezais, brejos e pântanos de água doce e salgada, preservados ou antropizados. Também é registrada para várias unidades de conservação, inclusive de proteção integral. De modo geral, há conectividade com populações dos países vizinhos, porém não se sabe o quanto influenciam o estoque populacional no Brasil. As pressões antrópicas, associadas à pressão de caça relativamente alta em certas regiões, pode afetar a conectividade e, conseqüentemente, o fluxo gênico entre subpopulações em escala micro e macrogeográfica, mas ainda assim, *Caiman latirostris* foi avaliado como Menos Preocupante (LC).

Classificação Taxonômica

Filo: Chordata
Classe: Reptilia
Ordem: Crocodylia
Família: Alligatoridae
Gênero: *Caiman*
Espécie: *Caiman latirostris*



Autor: Luis Bassetti

Nomes comuns

Jacaré-de-papo-amarelo , Broad-snouted caiman , Yacaré overo , Caiman de hocico ancho , Ururan , Yacaré mariposa

Nomes antigos

Alligator cynocephalus Duméril & Bibron 1836, *Alligator fissipes* Reinhardt and Lütken 1861, *Alligator (Jacare) latirostris* Lütken 1884, *Alligator latirostris* Strauch 1866, *Caiman fissipes* Spix 1825, *Caiman fissippède* Duméril & Bibron 1836 Lapsus, *Caiman latirostris chacoensis* Freiberg and De Carvalho 1965, *Caiman latirostris latirostris* Freiberg and De Carvalho 1965, *Caiman latirostris* Gabe, Martoja and Saint Girons 1964 Lapsus, *Champsia fissipes* Gulliver 1846, *Crocodylus fissipes* Fitzinger in Treitschke 1842, *Crocodylus latirostris* Daudin 1802, *Crodolius aliigator fissipes* Spix 1825, *Jacare (Cynosuchus) latirostris* Gray 1873, *Jacare fissipes* Gray 1844, *Jacare latirostris* Gray 1862, *Jacaretinga latirostris* Vaillant 1898

Notas taxonômicas

Freiberg & De Carvalho (1965) reconhecem duas subespécies para o táxon: *Caiman latirostris latirostris* e *C. latirostris chacoensis*. De acordo com esses autores, as populações da Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Misiones, no nordeste da Argentina, seriam atribuídas a *C. latirostris latirostris*. A subespécie *C. latirostris chacoensis* ficaria restrita às populações distribuídas nas províncias de Misiones, Salta e Jujuy, na Argentina. Embora Medem (1983) adote esta designação, ela foi rejeitada por outros autores (Verdade & Piña, 2006).

Distribuição

Endêmica do Brasil: Não.

Distribuição global

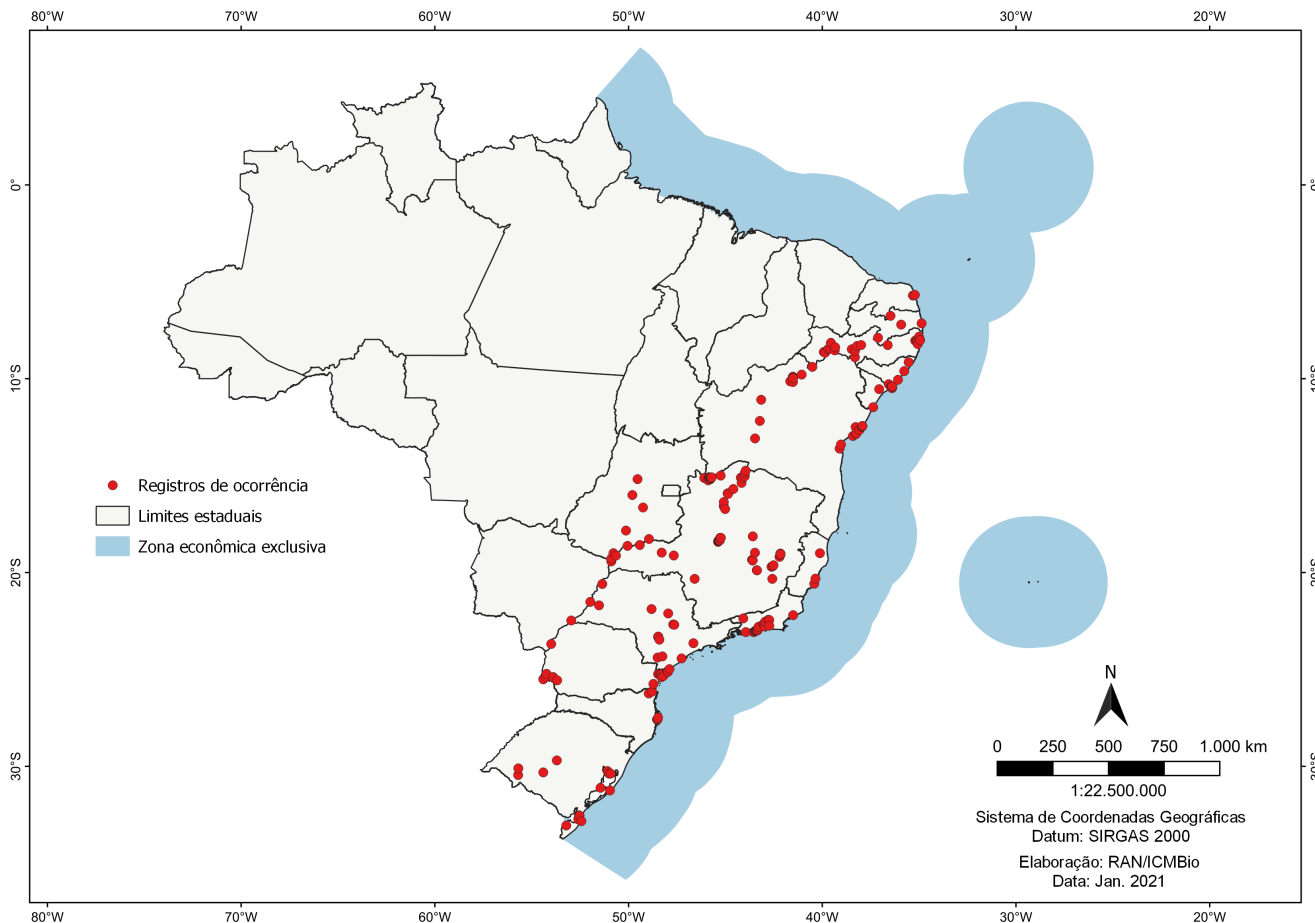
Caiman latirostris (jacaré-de-papo-amarelo) apresenta ampla distribuição latitudinal na América do Sul (5 S a 34 S), compreendendo Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (Verdade & Piña, 2006). Mais de 70% da distribuição global da espécie está no território brasileiro (Gomes & Krause, 1982; Larriera, 1992,

1994; Yanosky & Mercolli, 1995; Piña, 2002; Piña & Larriera, 2003; Stoker *et al.*, 2003; Amavet *et al.*, 2004; Prado, 2005, 2005b; Bohme, 2006; Beldomenico *et al.*, 2007; Aparicio & Rios, 2008; Alvarez *et al.*, 2009; Borteiro *et al.*, 2009; Otano *et al.*, 2010; Parachu Marco *et al.*, 2012; Simoncini *et al.*, 2013; Herrera *et al.*, 2014; Cano *et al.*, 2015; Portelinha *et al.*, 2015; Siroski *et al.*, 2016; González *et al.*, 2017).

Distribuição nacional

No Brasil, a espécie é encontrada nas Regiões Hidrográficas do São Francisco, Atlântico Nordeste Oriental, Atlântico Leste, Atlântico Sudeste, Atlântico Sul, Paraná e do Uruguai (ANA, 2016), com registros do Nordeste ao Sul do país (Schmidt & Inger, 1951; Pessoa *et al.*, 1972; Gomes & Krause, 1982; Mello-Leitão, 1989; Morato, 1991; Larsen *et al.*, 1992; Mourão & Campos, 1995; Guix *et al.*, 1997; King & Burke, 1997; Machado *et al.*, 1998; Grigg *et al.*, 1998; Souza & Freitas, 1998; Moulton *et al.*, 1999; Mourão *et al.*, 2000; Verdade, 2001, Coutinho *et al.*, 2003; Trinca & Guix, 2003; Almeida & Gasparini, 2004; Marques & Sazima, 2004; Sendas *et al.*, 2004; Schossler *et al.*, 2004; Souza Filho *et al.*, 2004; Santos *et al.*, 2005; Silva, 2005; Gasparini *et al.*, 2007; Freitas Filho, 2008; Freitas Filho *et al.*, 2009, 2009b; Medusa Biológica, 2006; Quintela *et al.*, 2006; Verdade & Piña, 2006, Assis *et al.*, 2007; Andrade & Coutinho 2008; Fusco-Costa *et al.*, 2008; Hrbek *et al.*, 2008; Santana *et al.*, 2008; Santos *et al.*, 2008; Bertoluci *et al.*, 2009; Sovernigo, 2009; Filogonio *et al.* 2010, Freitas Filho *et al.*, 2010, 2010b; Passos *et al.*, 2010; Salles & Silva-Soares, 2010; Morato *et al.*, 2011; Moura *et al.*, 2011; Santos *et al.*, 2011; Silva-Soares *et al.*, 2011; Souto *et al.*, 2011; Tinoco, 2011; Vieira *et al.*, 2011; Bornschein *et al.*, 2012; Gonçalves *et al.*, 2012, Souza Filho & Verrastro, 2012; Carvalho Jr. & Batista 2013, Coutinho *et al.*, 2013; Dinets, 2013; Marques *et al.*, 2013; Almeida-Gomes *et al.*, 2014; Souza & Nóbrega, 2014; Passos *et al.*, 2014; Correia *et al.*, 2015; Mendonça *et al.*, 2015; Palmeira *et al.*, 2015; Roberto *et al.*, 2015, Pereira *et al.*, 2015, Gonçalves & Palmeira, 2016; Marques *et al.*, 2016; Bauab, com. pess., 2006; T. Andrade, com. pess., 2007, 2008; BIOCEV, com. pess., 2009; E.A.R. Carvalho Junior, com. pess., 2010; M.H. Sovernigo; R.F. Freitas Filho, SEMA/BA, V.B. de Assis, com. pess., 2011; Y. Nóbrega, I. J. Roberto, J.G.R. Giovanelli, U.G. da Silva, J. Correia, M. Simoncini, E. Maranhão, com. pess., 2016; T.Q. Vieira, R.M. Valadão, S.H.S.T. Mendonça, com. pess., 2017).

Sua extensão de ocorrência no Brasil é de 2.626.662 km², foi estimada pela soma da área das bacias hidrográficas de nível 4 (Lehner & Grill, 2013) que interseccionam os registros de ocorrência da espécie, sem considerar o registro no bioma Pantanal, onde a espécie foi introduzida, e com adaptações utilizando as bacias hidrográficas nível 5 na extensão dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.



História natural

Espécie migratória? Não.

Caiman latirostris, no Brasil, é encontrado naturalmente nos biomas Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado e Pampa, geralmente ocorre em ambientes lênticos, sendo frequentemente encontrado em lagoas marginais, manguezais, brejos e pântanos de água doce e salgada (Moulton *et al.*, 1999; Verdade, 2001; Carvalho Jr & Batista, 2013). Também coloniza facilmente ambientes alterados pelo homem, tais como estações de tratamento de efluentes, açudes para o gado (Borteiro, 2001; Borteiro *et al.*, 2008), lagos urbanos e reservatórios de usinas hidrelétricas (Scott *et al.*, 1990; Freitas Filho, 2008; Filogônio *et al.*, 2010). Filogônio *et al.*, (2010) relatam a resistência da espécie aos impactos encontrados ao longo da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. De acordo com Marques *et al.*, (2016), a espécie possui alta capacidade de colonizar *habitat* alterados pela ação humana, especialmente paisagens de silvicultura. Segundo João G. R. Giovanelli (com. pess., 2016) a espécie é frequentemente avistada em represas de propriedades rurais no interior de São Paulo.

Os adultos atingem tamanho médio entre 1,5 e 2,0 m de comprimento total (Verdade, 2001). Os machos podem alcançar 3 m, enquanto que as fêmeas são menores e raramente atingem 2 m de comprimento total (Brazaitis, 1973). Entretanto, atualmente, animais com mais de 2 m são raros na natureza (Verdade *et al.*,

2010).

A dieta dos jovens é baseada em invertebrados e pequenos vertebrados (artrópodes, crustáceos, pequenos peixes e anfíbios), enquanto que os adultos consomem invertebrados, peixes maiores, répteis, aves e mamíferos de pequeno e médio porte. Moluscos são comuns na dieta de jacarés de todos os tamanhos (Diefenbach, 1979, 1988; Melo, 2002).

O jacaré-de-papo-amarelo utiliza diferentes *habitat* para nidificação. Campos & Mourão (1995) relatam o uso de tapetes de vegetação flutuante no rio Paraná, além de ambientes de floresta e de savana. Em áreas urbanas, diversos locais são utilizados para construção de ninhos, desde aterros, lixões e terrenos baldios (abandonados), até áreas naturais menos impactadas, como manguezais, restingas e remanescentes de matas ciliares (R. Freitas Filho, com. pess., 2011).

Na região central de sua distribuição, no sudeste do Brasil, a postura ocorre entre os meses de outubro e fevereiro e a eclosão dos ovos entre fevereiro e abril (Campos & Mourão, 1995; Mourão & Campos, 1995; Verdade, 1995; Verdade *et al.*, 1992). No estado do Rio de Janeiro foram constatados nascimentos entre o final de maio e início de junho, sugerindo que, dependendo das condições ambientais, pode haver alterações no período reprodutivo, inclusive no tempo de incubação dos ovos (R. Freitas Filho, com. pess., 2011). No Uruguai, a postura ocorre em janeiro, e na Argentina, entre janeiro e março (Larriera, 1995; Imhof *et al.*, 1996; Piña *et al.*, 1996; Verdade & Pinã, 2006).

População

Tendência populacional: Desconhecida.

Observações sobre a população

As densidades populacionais do jacaré-de-papo-amarelo são variáveis ao longo da distribuição. No Brasil, geralmente são encontradas subpopulações pequenas, enquanto na Argentina e Bolívia, tem sido registrados grandes agregados (Pacheco & Llobet-Querejazu, 1998; Verdade & Piña, 2006; Verdade *et al.*, 2010). Em área de silvicultura, no estado de São Paulo foi estimada densidade de 2,6 indivíduos/ha (I.C. 95%: 1,8 – 3,5 indivíduos/ha), com uma densidade linear de 11,3 indivíduos/km, e biomassa de 13,3 kg/ha (I.C. 95%: 9,2 – 17,9 kg/ha). A população foi estimada em 51 indivíduos com exclusão de indivíduos pertencentes a classe I (Marques *et al.*, 2013; Marques *et al.*, 2016). Em Vitória (estado de Espírito Santo), durante monitoramento de duas lagoas (de 6,8 ha e 26,4 ha) no Complexo de Tubarão (complexo industrial da Mineradora Vale), foram identificados 168 indivíduos e estimada uma população com aproximadamente 400 indivíduos (Gasparini *et al.*, 2012).

Verdade (2001) registrou densidade de 6 a 8 ind./km no Nordeste. Na bacia do rio São Francisco, apesar da elevada pressão de caça na região (Verdade, 2001b), de acordo com Filogônio *et al.*, (2010), a espécie pode ser considerada como relativamente abundante. Ainda assim, o número de indivíduos observados em contagens noturnas foi inferior àquele observado em espécies que ocorrem nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil (e.g., N 8 ind/ km² em corpos d'água de Alagoas) (Verdade, 2001b). Carvalho & Batista (2013), amostrando ao longo de 10km no rio Preto, à oeste da bacia do São Francisco, no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, registraram baixa densidade (<1/km margem). Os autores relatam não serem claros os motivos para a baixa abundância registrada, no entanto, sugerem que possivelmente seja resultado de pressão sofrida antes do decreto da implementação do Parque, do impacto pela degradação causada pela

atividade agrícola intensa no entorno ou devido ao decréscimo de *habitat* disponível que ocorre durante o período seco, quando os lagos marginais se tornam praticamente secos.

Passos *et al.*, (2014), em um total de 12 amostragens (entre 17 e 48 km cada), na Estação Ecológica de Pirapitinga (MG), registraram entre 6 e 78 indivíduos por amostragem, resultando entre 0,3 e 3,8 indivíduos/km e razão sexual de 1,2:1 (machos/fêmeas). A taxa de sobrevivência estimada para os filhotes foi de 43,3% até dois anos de idade e 45,6% até 3 anos de idade.

Segundo Ubiratan Gonçalves da Silva (com. pess., 2016), no Parque Municipal de Maceió, estado de Alagoas, houve declínio na subpopulação, pois de 101 jacaré registrados em 2008, em 2016 não chegaram a 15 indivíduos. Ainda segundo esse pesquisador, há relatos de ocorrência da espécie em toda região da zona da mata e agreste do estado, contudo, não há registro de subpopulações, são apenas registros isolados em açudes, rios, riachos, alagados e canais de irrigação da lavoura de cana-de-açúcar.

A tendência populacional é desconhecida, aparentemente, em algumas localidades as subpopulações estão aumentando e em outras estão reduzindo. Há conectividade com populações dos países vizinhos, porém, não há indícios de que a população no Brasil seja afetada devido às modificações ocorridas nessas populações. Não existem barreiras entre o Brasil e os países vizinhos (Grupo de avaliadores, 2016).

Ameaças

As principais ameaças para esta espécie são a destruição e perda de *habitat* (Verdade *et al.*, 2010), e caça predatória para o comércio ilegal, principalmente para o consumo da carne, visto que o comércio da pele tem se mostrado cada vez mais rígido em suas aquisições (Basset, 2016). O jacaré-de-papo-amarelo é o crocodiliano brasileiro que apresenta a situação mais complexa no que tange a conservação, estando suas subpopulações naturais mais fortemente impactadas por atividades socioeconômicas, uma vez que sua área de distribuição geográfica coincide com as áreas mais densamente ocupadas no Brasil (Nordeste, Sudeste e Sul), regiões em que a maior parte do ambiente natural já foi profundamente alterado (Verdade & Lavorenti, 1990; Verdade *et al.*, 1992; Mourão & Campos, 1995; Freitas Filho *et al.*, 2009; Filogônio *et al.*, 2010). Atividades como drenagem de corpos d'água, desmatamento, redução de *habitat*, poluição, expansão urbana e uso intensivo de agrotóxicos são ameaças constantes (Verdade, 1997, 1998; Filogônio *et al.*, 2010). As usinas hidrelétricas afetam as populações reprodutivas da espécie, pela destruição das áreas de desova na vegetação flutuante (Mourão & Campos, 1995; Campos & Mourão, 1995).

A ocorrência de *Caiman latirostris* em áreas urbanas tem sido um problema socioambiental. No município do Rio de Janeiro frequentemente os animais têm sido encontrados mortos em canais próximos a vias públicas e, cada vez mais, as pessoas têm estímulos negativos e incentivos para matar e retirar os animais das lagoas de Jacarepaguá, devido a propagandas negativas do animal junto à sociedade (Freitas Filho, 2008).

A caça também pode ser um problema em outras regiões do país. Filogônio *et al.*, (2010) relatam que pescadores da bacia do rio São Francisco matam animais para evitar que danifiquem suas redes ao se alimentarem dos peixes capturados. Além disso, ao longo de toda a bacia do rio São Francisco, várias pessoas confirmaram ser caçadores de jacarés para consumo (Verdade, 2001b; Filogônio *et al.*, 2010). Possivelmente, em função da alta pressão de caça, a espécie apresenta baixa taxa de dispersão em ambientes alterados, mesmo na ausência de barreiras geográficas (Verdade *et al.*, 2002).

Subpopulações de *C. latirostris* estão expostas a descargas contínuas de pesticidas, que são muitas vezes compostos muito reativos e podem perturbar processos celulares normais, interagindo direta ou

indiretamente com DNA e causando instabilidade genética (Ecobichon, 2005; Glusczak *et al.*, 2006). Estudos realizados na Argentina, em populações expostas a concentrações sub-letais de Roundup (UK; formulação à base de glifosato), detectaram grande suscetibilidade dos filhotes aos pesticidas. Os resultados do estudo demonstraram efeito genotóxico nos indivíduos e uma diminuição nas taxas de crescimento de filhotes na espécie. As consequências biológicas dessas alterações ainda são incertas, mas poderiam afetar funções fisiológicas e processos em nível celular, devendo ser mais bem investigadas (González *et al.*, 2012).

Apesar da espécie possuir, aparentemente, um processo adaptativo frente às pressões antrópicas, um aspecto fisiológico pode ainda sofrer rápida alteração quando submetido a elas: o Estado Sanitário (Basset, 2016). Por se tratar de uma espécie que está cada vez mais em interação com o homem e os animais domésticos, a caracterização de sua microbiota oral torna-se importante frente às possíveis infecções causadas por acidentes intra ou interespecíficos, e ou pela utilização dos mesmos recursos hídricos (e.g. pesca, lazer, uso da água para ingestão, descarga de efluentes etc.) (Charruau *et al.*, 2012), basicamente porque a espécie está, em grande parte de seu tempo, na presença de agentes estressores (e.g. degradação de *habitat* e poluição), tendo como grave resultado a redução da imunidade destes animais. Desta maneira, bactérias antes consideradas comensais poderão se multiplicar e se tornarem oportunistas (patogênicas), podendo causar a morte de indivíduos, levando ao declínio de uma população (Basset, 2016).

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre os anos de 2000 e 2015, lavrou 250 autos referentes a apreensões de espécimes e/ou subprodutos (carnes e peles) referentes a crocodilianos, resultando em 7.062 indivíduos e 71.765kg de subprodutos apreendidos (O. Valente, com. pess., 2016).

Tipo de ameaça	Referência bibliográfica
1 - Desenvolvimento residencial e comercial 1.1 - Expansão urbana	
1 - Desenvolvimento residencial e comercial 1.2 - Áreas comerciais e industriais	
2 - Agropecuária e Aquacultura	
5 - Uso de recursos biológicos 5.1 - Caça e captura de animais terrestres ou marinhos 5.1.1 - Caça/captura intencional (a espécie é o alvo) 5.1.1.1 - Uso de subsistência/escambo local	
5 - Uso de recursos biológicos 5.1 - Caça e captura de animais terrestres ou marinhos 5.1.1 - Caça/captura intencional (a espécie é o alvo) 5.1.1.2 - Comercial - Nacional/Local	
9 - Poluição 9.3 - Agrícola e florestal 9.3.3 - Herbicidas e pesticidas	

Usos

No Brasil, a espécie tem sido explorada como recurso de múltiplas finalidades (alimentação humana, uso medicinal, artesanal, místico-religioso e comércio de peles). *Caiman latirostris* é altamente apreciado no mercado internacional pela qualidade e beleza de sua pele. De acordo com Rueda-Almonacid *et al.*, (2007), esta espécie é, depois de *Melanosuchus niger*, o mais apreciado entre os crocodilianos sul-americanos nos mercados internacionais.

Na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (Cites), a espécie encontra-se alocada no Apêndice I (espécies proibidas de serem comercializadas internacionalmente devido ao seu grau de ameaça), o que restringe significativamente a possibilidade de comércio internacional de seus produtos (e.g. carne e couro). Somente as populações da Argentina estão incluídas no Apêndice II (Cites, 2016). Segundo Luís Basset (com. pess, 2016) a comercialização de espécies no Apêndice I só é possível em circunstâncias excepcionais, mediante permissão CITES, emitida no Brasil, pelo IBAMA.

O manejo de crocodilianos brasileiros em cativeiro com fins comerciais é regulamentado através da Instrução Normativa (IN) Ibama Nº 7, de 30 de Abril de 2015 (Ibama, 2015), que institui e normatiza o manejo sustentado das espécies *Caiman crocodilus*, *Caiman yacare*, *Caiman latirostris* e *Melanosuchus niger*, sendo permitido somente nas suas respectivas áreas de distribuição. Para a espécie *Caiman latirostris* (jacaré-de-papo-amarelo), somente é permitida a criação em sistema de ciclo fechado (Farming), podendo ser comercializados animais e seus produtos a partir da segunda geração comprovadamente reproduzida em cativeiro. Ainda, a reposição de matrizes e a formação de plantéis com fins comerciais devem ser feitas preferencialmente com animais a partir da primeira geração reproduzida em cativeiro (Ibama, 2015).

Atualmente, existem sete criadores comerciais de *Caiman latirostris* legalizados junto ao SISFAUNA/IBAMA, praticando o manejo tipo Farming (ciclo fechado), distribuídos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil (O. Valente, J. Tebet, com. pess., 2016).

Tipo de uso	Referência bibliográfica
16 - Outro	
14 - Artesanato, jóias, objetos decorativos	
12 - Vestuário, acessório	
5 - Medicina humana ou veterinária	
1 - Alimentação humana 1.3 - Criadouro comercial	
1 - Alimentação humana 1.2 - Caça para comércio 1.2.1 - Nacional/Local	
1 - Alimentação humana 1.1 - Caça de subsistência	

Conservação

Histórico de avaliação

Tipo	Ano	Abrangência	Categoria	Critério	Referência bibliográfica
Nacional Brasil	2012		Menos Preocupante (LC)		Coutinho <i>et al.</i> , 2013; ICMBio/MM A, 2018
Estadual	2017	Pernambuco (PE)	Menos Preocupante (LC)		Estado de Pernambuco, 16/05/2017
Estadual	2008	São Paulo (SP)	Menos Preocupante (LC)		Marques <i>et al.</i> , 2009
Estadual	2006	Minas Gerais (MG)	Não Ameaçada (LC)*		Biodiversitas, 2007
Estadual	2005	Espírito Santo (ES)	Dados Insuficientes (DD)		Estado do Espírito Santo, 13/06/2005
Estadual	2000	Rio de Janeiro (RJ)	Em Perigo (EN)		Bergallo <i>et al.</i> , 2000
Estadual	1998	São Paulo (SP)	Vulnerável (VU)		Estado de São Paulo, 1998
Global	1996		Menos Preocupante (LC)		CSG (Crocodile Specialist Group), 1996

* Categoria não utilizada no método IUCN.

Observações gerais sobre o histórico de avaliação

Na última avaliação da fauna silvestre do estado de São Paulo (2018), são listadas as espécies regionalmente extintas e as ameaças (no Anexo I), as quase ameaçadas (no Anexo II) e as dados insuficientes (no Anexo III). *Caiman latirostris* não consta em nenhum dos anexos (Estado de São Paulo, 2018).

Presença em lista nacional oficial de espécies ameaçadas de extinção? Não.

Presença em convenção

Convenção	Ano
CITES - Anexo I	2016

Ações de conservação

Caiman latirostris é espécie beneficiada no Plano de Ação Nacional para a Conservação da Herpetofauna Ameaçada de Extinção da Mata Atlântica da Região Sudeste do Brasil - PAN Herpetofauna do Sudeste (ICMBio, 2015). Recomenda-se verificar a pertinência de manter a espécie na elaboração do segundo ciclo desse PAN.

De acordo com Batista (2009), ao mesmo tempo em que visa garantir o fornecimento de carne e couro para o mercado consumidor cada vez mais exigente e seletivo, o manejo sustentado pode atuar para a conservação da espécie, caso consiga suprir a demanda desses produtos, substituindo assim, o mercado ilegal, o que resultaria na redução da caça. Ainda segundo o autor, a comercialização possibilita a criação de novas divisas para o país.

Desde 2003, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN/ICMBio) desenvolve o Programa “Biologia da conservação e manejo de crocodilianos brasileiros”, com o objetivo de gerar conhecimentos sobre os ambientes e as espécies, com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de manejo e conservação (ICMBio, 2016). Os projetos vinculados a esse programa são orientados para os diferentes biomas brasileiros e vem sendo conduzidos na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado, na Caatinga e na Mata Atlântica.

Os estudos contemplam cinco espécies de crocodilianos (*Caiman crocodilus*, *C. yacare*, *C. latirostris*, *Paleosuchus palpebrosus* e *Melanosuchus niger*) e visam atender demandas institucionais relativas à caracterização do estado de conservação das populações naturais desses animais.

Segundo Ubiratan Gonçalves da Silva (com. pess., 2016), locais como Marituba do Peixe e Lagoa Mundaú, ambos no estado de Alagoas, são áreas com excelente potencial para conservação da espécie.

A execução de programas de educação ambiental, além da ação de fiscalização nos rios, riachos e suas áreas úmidas de cada Estado, a fim de proteger a fauna aquática e semiaquática, deverá ser incluída na legislação brasileira (Grupo de avaliadores, 2016).

Ação	Situação	Referência bibliográfica
1.1.1 - Identificação de novas áreas protegidas	Necessária	
3.1.2 - Manejo de comércio	Existente	
7.1 - Plano de Ação Nacional (PAN)	Existente	
PAN Herpetofauna da Mata Atlântica do sudeste		
1.1 - Proteção de locais/áreas	Necessária	
4.3 - Conscientização/comunicação	Necessária	

Presença em UC

Segundo o NGeo/RAN, até 2016, a espécie ocorre também nas seguintes unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (RJ), Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu (MG), Área de Proteção Ambiental Caminhos Ecológicos da Boa Esperança (BA), Área de Proteção Ambiental do Pratigi (BA), Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba (BA), Área de Proteção Ambiental de Joanes/Ipitanga (BA), Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia (BA), Área de Proteção Ambiental de Mangue Seco (BA), Área de Proteção Ambiental do Lago do Sobradinho (BA), Área

de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (MG), Área Natural Tombada Serra do Mar e de Paranapiacaba (SP), Estação Ecológica da Guanabara (RJ), Estação Ecológica Guaraqueçaba (PR), Estação Ecológica de Carijos (SC), Estação Ecológica de Tapacurá (PE), Parque Estadual de Itapuã (RS), Parque Estadual Intervales (SP), Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS), Reserva Ecológica de Guapiçu (RJ).

Segundo Ubiratan Gonçalves da Silva (com. pess., 2016) a espécie ocorre no Parque Municipal de Maceió (AL). E segundo João G. R. Giovanelli (com. pess., 2016) a espécie pode ocorrer na Área de Proteção Ambiental Ilha Comprida (SP).

Pesquisa

Mesmo com os avanços no conhecimento sobre a genética populacional de *C. latirostris* (e.g., Zucoloto *et al.*, 2002; 2009; Villela *et al.*, 2010; Borges, 2014) e sobre as técnicas de manejo da espécie (e.g., Verdade & Santiago, 1992; Verdade *et al.*, 1995; Montenegro & Valença, 1995; Verdade, 1997, 1998, 2001c; Verdade *et al.*, 2010), ainda são necessários estudos sobre sua distribuição geográfica, em especial, na bacia do rio São Francisco e no limite norte da distribuição da espécie.

São também necessários programas de monitoramento de longo prazo de suas subpopulações ao longo da sua distribuição, especialmente aquelas encontradas em ambientes alterados (Andrade & Coutinho, 2008; Verdade *et al.*, 2010), bem como a elaboração e execução de medidas de proteção dessas áreas, tanto dentro das cidades como nos seus arredores. Apesar de *C. latirostris* possuir, aparentemente, um processo adaptativo frente às pressões antrópicas, o estado sanitário pode sofrer rápida alteração quando submetido à ambientes antropizados. A inserção de estudos relacionados aos componentes sanguíneos e a microbiota oral deve ser considerada em planos de manejo, principalmente por sua importância para a detecção de doenças (estado sanitário) se correlacionada com o “status” de uma população (Basset, 2016).

Segundo Ubiratan Gonçalves da Silva (com. pess., 2016), faz-se necessário a realização de estudos moleculares para saber a real identidade genética da espécie.

Estudos populacionais de *Caiman latirostris* estão em andamento na Estação Ecológica de Pirapitinga/MG, nos Parques Nacionais da Serra do Cipó/ MG e Foz do Iguaçu/ PR e em áreas relevantes à conservação desse grupo, presentes em regiões do submédio e baixo da Bacia do Rio São Francisco (ICMBio, 2016).

O Laboratório Interdisciplinar de Anfíbios e Répteis (L.I.A.R.) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) vem desenvolvendo o projeto Ecologia e conservação de crocodilianos em Pernambuco (J. Correia, E. Maranhão, com. pess., 2016).

Tema	Situação	Referência bibliográfica
Distribuição geográfica	Necessária	
Monitoramento	Necessária	
Estudo populacional	Necessária	
Genética	Necessária	
Conservação	Em Andamento	



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Processo de Avaliação do Risco de Extinção da Fauna Brasileira

Como citar

Bassetti, L.A.; Bataus, Y.S.L.; Rodrigues, J.; Uhlig, V.M.; Andrade, T.A.; Coutinho, M.E.; Farias, I.P.; Magnusson, W.E.; Valadão, R.M.; Campos, Z. Ago/2016. *Caiman latirostris*. Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE. Disponível em: <https://salve.icmbio.gov.br/salve/>. Acesso em: 27 de ago. de 2022.